



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 08/2018

*Da reunião pública extraordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 17 de abril de 2018*

----- Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Paulo Paulino, Jorge Inácio, José Galrito e Luís Conceição, presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **PROPOSTA N.º 99/2018 – INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2017:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

I. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o inventário dos bens do município e ainda os documentos de prestação de contas do Ano Económico de 2016; -----

II. Submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro os referidos documentos para apreciação e votação; -----

III. Submeter ainda, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 107.566,90 € (cento e sete mil quinhentos e sessenta e seis euros e noventa cêntimos): -----

a) 5.378,35 € (cinco mil trezentos e setenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos), correspondentes a 5% dos Resultados Líquidos, para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL, e; -----

b) Os remanescentes 102.188,56€ (cento e dois mil cento e oitenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), para a conta de Resultados Transitados, nos termos previstos no ponto 2.7.3.2 do POCAL. -----

----- O presidente da câmara usou da palavra para proferir o seguinte discurso que se passa a transcrever: *“O ano de 2017, ano em que se realizaram eleições autárquicas a 1 de outubro, corporizou um espaço temporal ocupado por períodos correspondentes a dois mandatos autárquicos distintos, 2013 - 2017 e 2017 - 2021. As Grandes Opções do Plano (GOP) e proposta de Orçamento para 2017, aprovadas pelos órgãos executivo e deliberativo do Município de Alcoutim a 31/10/2016 e a 19/12/2016, respetivamente, enquadradas numa estratégia de gestão municipal definida pelo Executivo Municipal que tomou posse a 15 de outubro de 2013 e cujo mandato cessou a 16 de outubro de 2017 tiveram como princípios basilares: Gerir os recursos públicos respeitando os princípios da estabilidade orçamental, da responsabilidade, da transparência, da equidade e da solidariedade; Contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, primordialmente, através da concretização de medidas eficazes, na promoção da empregabilidade, da saúde, da educação e do combate à exclusão social; Operacionalizar uma política de desenvolvimento do Concelho, responsável,*

*integrada, e perene, alicerçada na sustentabilidade do território e na potencialização dos recursos; Promover uma dinâmica assertiva e profícua com, e entre as diversas entidades, locais, regionais e nacionais, de modo a congregar esforços, para a consecução de metas comuns; Promover a cidadania informada, ativa e responsável. O atual Executivo, eleito a 1 de outubro de 2017, e que tomou posse a 16 de outubro do mesmo ano, deu continuidade à estratégia definida e à execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano aprovadas, as quais resultam na implementação de políticas de proximidade e numa ação baseada numa visão integrada que assenta na mobilização de recursos e na promoção de soluções adequadas às problemáticas diagnosticadas, como forma de potenciar a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento sustentável do território, através da utilização de instrumentos eficazes ao serviço de uma maior coesão social e económica, permitindo responder assertivamente, aos desafios que são, permanentemente, colocados a um concelho de baixa densidade do interior algarvio, como é o caso do concelho de Alcoutim. Apesar dos constrangimentos de gestão orçamental impostos, quer interna quer externamente, e assegurando o equilíbrio financeiro da autarquia, resultado de uma gestão integrada, realista, rigorosa, centrada nas pessoas, e no perfil de necessidades e potencialidades do território, é possível afirmar, resultado da consolidação do trabalho realizado no último quadriénio, que através da aplicação de uma matriz de investimento em áreas identificadas como prioritárias, Alcoutim é, hoje, um concelho onde as pessoas usufruem de uma maior qualidade de vida, com uma maior dinâmica social e económica, e por isso mais capacitado para combater o flagelo do despovoamento, o principal problema que tem afetado o concelho nas últimas décadas. Neste sentido, e de forma a clarificar alguns aspetos relacionados com a ação municipal durante o ano de 2017, importa sublinhar que: Na área da saúde, foi assegurada a reabertura do Pólo de Saúde de Vaqueiros, o qual havia sido encerrado a 12 de outubro de 2013. Esta reabertura só possível, devido ao investimento, por parte do Município, na execução das obras que permitiram adequar o edifício da antiga escola primária de Vaqueiros e dotá-lo de todas as condições necessárias à prestação de cuidados de saúde de qualidade. Esta iniciativa, conjuntamente com a*

R

*Unidade Móvel de Saúde e com os protocolos estabelecidos com entidades que desenvolvem a sua atividade nesta área, ampliámos a gama de serviços gratuitos prestados à população no que diz respeito à promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, contribuindo deste modo para colmatar as carências existentes neste domínio e sobretudo promover a igualdade de acesso a serviços de qualidade e de proximidade por parte dos Municípios. No que se refere à ação social, foram apoiadas dezenas de famílias em situação de maior carência, através de uma ação concertada e de proximidade. O ano de 2017, é marcado, ainda neste âmbito, pela aprovação, em reunião do Conselho Local de Ação Social de Alcoutim, do Diagnóstico Social do Concelho, o qual corresponde a um trabalho de revisão e atualização do documento anterior. Este diagnóstico proporciona um melhor conhecimento da situação local atual, participado e focalizado nas necessidades prioritárias com vista à intervenção no combate à pobreza e promoção da inclusão social. A 1 de fevereiro de 2017 foi inaugurado o “Lar Nossa Senhora da Conceição”, uma obra de cerca de 1,3 milhões de euros, totalmente paga com fundos da autarquia, e que através das vagas comparticipadas pela Segurança Social veio permitir o acesso das pessoas mais carenciadas, aos serviços disponibilizados por este equipamento, contribuindo desta forma para uma maior equidade social. Na educação, para além da consolidação de medidas que visam a promoção do sucesso escolar e a igualdade de acesso, por parte de todos, às condições que o asseguram, e que representam uma continuidade no que se refere ao ano transato, nomeadamente e a título exemplificativo, o transporte escolar, a gratuitidade das refeições escolares, a atribuição de bolsas de estudo, a concretização de programas como o “Universidade Júnior”, a parceria com a Universidade do Algarve que veio permitir a realização do “Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais”, entre outros aspetos, o Município de Alcoutim, concedeu, gratuitamente, licenças da «Escola Virtual» da Porto Editora a todos os alunos do Agrupamento de Escolas de Alcoutim, alunos do 1.º ao 3.º ciclo. O serviço disponibilizado, de suporte às aulas regulares, permite realizar um reforço das matérias lecionadas, e desta forma, promover a melhoria dos resultados escolares. No que se refere à mobilidade e mais especificamente à melhoria da rede viária concelhia, importa sublinhar a inauguração da “Avenida dos*

*Almocreves”, em Martim Longo, a qual, conjuntamente com diversas outras ações em diversas localidades do concelho, elevam o montante executado, nesta área, a mais de quatrocentos mil euros. Importa ainda frisar que a necessidade de melhorar a rede de transportes públicos do concelho e dar resposta às necessidades dos alunos que frequentam os estabelecimentos escolares de Mértola levou os Municípios de Alcoutim e Mértola a realizarem um protocolo de colaboração com a «EVA-Transportes, SA», empresa concessionária de transportes públicos rodoviários de passageiros, para a concretização de uma carreira que estabelece a ligação entre os dois concelhos. Trata-se de uma iniciativa que para além de criar melhores condições de mobilidades para os estudantes, permite também a utilização desta carreira pelo público em geral. Estas ações representam uma importante forma de facilitar a deslocação de pessoas e bens, promovendo deste modo a mobilidade em condições de segurança, e, entre outros aspetos, a maior acessibilidade a bens e serviços. Na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da melhoria da qualidade do espaço público, nomeadamente, no que respeita à realização de arranjos paisagísticos, sublinha-se, em 2017, a inauguração do “Cantinho da Memória”. A construção deste espaço pretende homenagear e perpetuar, no tempo, as memórias ligadas ao ciclo do pão. Na área da modernização administrativa construiu-se o “Espaço Gerações”, em Martim Longo, um espaço de cariz multifuncional e que integra valências que se enquadram numa estratégia que prioriza a descentralização de serviços, a qual representa um passo importante na qualidade e proximidade dos serviços prestados à população. Na programação cultural como agente de promoção turística, importa sublinhar a aposta na criação de um evento novo e de cariz internacional, o “Festival do Contrabando – Tráfico de Artes no Guadiana”, finalista dos prémios “Município do Ano Portugal 2017”, que permitiu promover o território através da atração de novos públicos. A realização deste festival, cofinanciado pelo programa “365 Algarve”, integra-se numa estratégia de desenvolvimento turístico do concelho assente na promoção do património natural, histórico, gastronómico e cultural e visa, simultaneamente, promover a dinamização da economia local. No domínio da descentralização de competências e cooperação com as Juntas de Freguesia,*



*durante o ano de 2017, o Município de Alcoutim transferiu para as quatro Freguesias do concelho uma verba superior a 150.000,00 euros, através da celebração de contratos interadministrativos e contratos-programa. Esta colaboração permitiu continuar a dotar as Freguesias dos meios necessários para a prestação de um serviço público de maior qualidade, nas diferentes vertentes, contribuindo desta forma para a aproximação do poder de decisão das populações, para a promoção da coesão social e territorial e para a melhoria das condições de vida dos Alcoutenejos. No âmbito das parcerias com as associações locais e demais entidades, que pela sua natureza, assumem um papel fundamental na dinamização social, cultural e desportiva do Concelho de Alcoutim, na medida em que, através da sua ação contribuem para o reforço do sentido de comunidade e, para a melhoria da vivência em sociedade, foram estabelecidos protocolos de colaboração cujo natureza da sua formulação radica na definição de prioridades de atuação que, efetivamente, valorizem o seu papel na comunidade otimizando a concretização dos seus objetivos, e tendo sempre presentes os princípios do interesse público, da equidade, do rigor e da necessidade de racionalização dos recursos. A melhoria da qualidade do abastecimento de água para consumo humano é fundamental para as populações e é uma prioridade para o Município. Ao longo de 2017 deu-se continuidade ao desenvolvimento diversas ações, neste âmbito, com um montante executado superior a um quarto de um milhão de euros, proporcionando a melhoria da qualidade de água disponibilizada aos munícipes. Com o objetivo de reduzir custos através da promoção da eficiência energética, o Município de Alcoutim e a EDP Distribuição assinaram um protocolo para a progressiva substituição da atual tecnologia da iluminação pública pela tecnologia LED. Esta iniciativa permite reforçar a aposta na eficiência energética e na gestão inteligente das redes, com manifesta melhoria na qualidade de serviço. Estas medidas não só permitirão uma maior economia de custos como terão impacto na área ambiental. No ano de 2017, e de forma complementar a outras medidas já referenciadas, o Município de Alcoutim, como medida de incentivo à atração de novos residentes e à fixação de famílias no concelho, prescindiu da coleta de 5% em sede de IRS sobre os rendimentos auferidos pelos contribuintes individuais com domicílio fiscal no concelho,*

*aplicou a taxa mínima de IMI e a redução máxima prevista na lei da taxa do IMI de acordo com o número de dependentes. No que concerne à aplicação do coeficiente familiar, os benefícios fiscais traduzem-se numa redução da taxa de IMI a aplicar ao prédio urbano destinado à habitação própria e permanente do sujeito passivo, de acordo com o número de elementos que compõem o agregado familiar. Estas medidas, apesar de se traduzirem numa diminuição das receitas municipais, obrigando a um esforço adicional da autarquia, constitui mais um incentivo à fixação de pessoas no concelho, contribuindo desta forma para o combate ao despovoamento. No âmbito do funcionamento dos serviços municipais e no que respeita à área dos recursos humanos o saldo inicial a 01 de janeiro de 2017 era de 165 trabalhadores (não inclui o presidente e vereadores) e durante o ano saíram 7 trabalhadores, sendo que 3 foram por via da aposentação, 2 em mobilidade, 1 em comissão de serviço e 1 por falecimento, o que resultou num total de 158 trabalhadores. Entraram 23 trabalhadores, sendo que 16 foram através de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado e 5 por tempo indeterminado, 1 regressou de licença sem vencimento e 1 regressou da comissão de serviço, o que resultou a 31 de dezembro de 2017, num total de 181 trabalhadores. Três trabalhadores consolidaram as seguintes mobilidades: 1 trabalhador passou de Assistente Operacional para Encarregado Operacional – Mobilidade Intercategorias, 1 trabalhador passou de Assistente Operacional para Assistente Técnico – Mobilidade Intercarreiras e 1 trabalhador passou de Coordenador Técnico para Técnico Superior – Mobilidade Intercarreiras. Em conclusão, o saldo inicial para a 01 de janeiro de 2018 é de 181 trabalhadores. Relativamente, ainda, ao funcionamento dos serviços, no que concerne à necessidade de renovação do parque de viaturas, a autarquia via a sua frota automóvel reforçada com mais uma viatura 4x4 e um novo autocarro. Resultado destas e de outras iniciativas que resultam na aposta do município numa estratégia de ação centrada nas pessoas e para as pessoas, assente na relação de proximidade com as famílias e na concretização de respostas eficazes para às suas problemáticas, o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis distinguiu, pelo segundo ano consecutivo, no passado dia 29 de novembro, em Coimbra, a autarquia de*

*[Handwritten signature]*

R

*Alcoutim, como “Autarquia + Familiarmente Responsável”. Esta distinção, tal como nos anos transatos, visa galardoar e divulgar as melhores práticas em matéria de responsabilidade familiar, reflexo de políticas responsáveis que promovem a sustentabilidade da sociedade e asseguram um futuro melhor. Para além da breve síntese supracitada, o conteúdo dos diversos pontos que compõem o Relatório de Gestão, pretende refletir de forma clara a síntese do exercício referente ao ano de 2017, o qual se pautou pelo respeito pelos princípios orçamentais, contabilísticos, pelas regras previsionais, e pelas demais exigências resultantes do quadro normativo em vigor”.* -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para questionar qual a entidade que gere o Índice de Transparência Municipal (ITM), e quais os critérios usados, tendo o presidente da Câmara esclarecido que o ITM é elaborado pela Transparência e Integridade em colaboração com a Unidade de Investigação em Governança, competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro, cujo objetivo é incentivar os municípios a melhorar a qualidade da informação prestada aos cidadãos, tendo Alcoutim alcançado o décimo quinto lugar, a nível nacional e terceiro lugar, a nível regional, baseado “em mais” de setenta critérios. O vereador continuou a sua intervenção, realizando uma pequena análise ao documento apresentado, nomeadamente que é da opinião que a nível da saúde não existiram melhoramentos, dado que, “o concelho continua com um médico” e que o Lar de Martim Longo já vinha contemplado, no anterior mandato. Questionou de seguida quais as opções políticas, no que concerne aos estabelecimentos escolares, aquando do encerramento dos mesmos, ponto de situação da rede WI-FI, em Alcoutim, e que embora não seja contra o número de colaboradores da Edilidade, considera-o elevado em relação ao número de habitantes do concelho. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que os dados apresentados permitem avaliar a fiabilidade do orçamento, tendo em conta a capacidade financeira e sua execução orçamental (93,57% de receita e 86,65% despesa), e como tal considera que as mesmas “espelham o rigor que o executivo permanente passa para a gestão”. Regozijou-se de seguida pela subida significativa no concelho do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). -----



R

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar, no seguimento da subida do IMT, que a promoção do território efetuada nos últimos tempos, tem sido a principal razão da crescente procura do concelho. De seguida referiu que a desproporção existente entre o número de habitantes e trabalhadores deve-se às condições associadas aos municípios de baixa densidade, com um extenso território, e que será inevitável num futuro próximo existirem “*muitas salas vazias*” nos estabelecimentos escolares do concelho, derivado ao número diminuto de crianças, no entanto, encontra-se acessível a novas propostas/sugestões, para o referido espaço. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que a Autarquia de Alcoutim, dispõe, no momento de um ponto de acesso gratuito à internet WI-FI, em Martim Longo, nomeadamente no espaço “*Cantinho da Memória*” e que tem em curso um projeto para novos quatro pontos de acesso, em Alcoutim, localizados na Praça da República, Praia Fluvial, Zona Ribeirinha e Centro Náutico, ao abrigo do Programa Valorizar – Linha de Apoio à Disponibilização de redes WI-FI, promovido pelo Turismo de Portugal. Mostrou ainda intenção de dotar as aldeias de Pereiro, Giões e Vaqueiros de pontos de acesso à internet, ao abrigo do Programa da Comissão Europeia WIFI4EU. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 100/2018 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018** : Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

I. Aprovar, ao abrigo alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano -2017, e; -----

II. Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, delibere ainda, submeter a presente proposta e a deliberação que recair sobre a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para referir que após análise ao documento, verifica que existe uma poupança a nível de aquisição de medalhas municipais para atribuição, questionando de seguida o montante destinado às Associações de Municípios, tendo o presidente solicitado a colaboração do Chefe de Divisão, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires interveio para esclarecer que esse montante prende-se com a existência de rubrica destinada às contribuições da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) assim como a outras Associações de Municípios a que a Autarquia de Alcoutim pertence, sendo neste caso concreto, o aumento da dotação prevista, no que concerne a uma candidatura submetida pela Associação Odiana. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 17 de abril de 2018, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e quarenta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O Secretário